



Entrevistado:
Silas Alves de Queiroz



Silas Alves de Queiroz é artista plástico e designer surdo, nascido em 23 de dezembro de 1948, na cidade do Rio de Janeiro, onde reside atualmente.

1. Fale um pouco da sua família.

Sou a única pessoa surda em uma família de ouvintes. Nasci em Recife e adquiri surdez profunda bilateral aos três anos de idade, em decorrência de um quadro de meningite. Minha principal forma de comunicação é a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Sou casado com uma mulher surda, tenho dois filhos ouvintes (CODA) e uma neta. Estudei no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) entre os anos de 1955 e 1961.

2. Qual é a sua profissão e onde você atua no momento?

R: Já estou aposentado, mas continuo atuando como designer de interiores, com 26 anos de experiência na área. Atualmente, dedico-me à criação de soluções estéticas e funcionais, utilizando estratégias criativas para transformar cores, formas e composições em ambientes residenciais, tanto internos quanto externos. Meu estilo combina praticidade com originalidade, valorizando a harmonia visual e o bem-estar no espaço doméstico.

3. Quais foram as principais lutas da comunidade surda antes da criação do decreto?

A acessibilidade linguística é um direito fundamental. As pessoas surdas devem ter garantidas a igualdade e a equidade, assim como as pessoas ouvintes. Certa vez, eu disse a seguinte frase: “Deus deu aos ouvintes a capacidade de entender claramente, mas os ouvintes não deram aos surdos essa mesma

possibilidade de compreensão.” Essa frase marcou minha trajetória e representa, para mim, a luta por acessibilidade na comunicação e pela igualdade entre surdos e ouvintes.

Infelizmente, os Ministérios pouco atentam para as demandas da comunidade surda. Por muito tempo, os surdos precisaram ‘gritar’ para serem ouvidos. As escolas para crianças surdas foram deixadas de lado, e as barreiras linguísticas seguem impactando negativamente o desenvolvimento cognitivo e a aquisição da linguagem desde a infância. Além disso, a ausência de intérpretes de Libras compromete ainda mais esse processo, pois muitas crianças surdas não conseguem adquirir fluência na sua própria língua.

Estive engajado ativamente nessa luta, ao lado de nomes como Ana Regina Campello, Nelson Pimenta, Carlos Alberto Góes, Marlene Prado, entre outros tantos surdos que participaram de passeatas e manifestações, como aquela histórica em Copacabana, exigindo o reconhecimento do decreto. A falta de acessibilidade na comunicação é como uma barreira que impede a pessoa surda de ‘respirar’, sufocando sua participação e expressão no mundo.

4. Como a educação de surdos era tratada antes do reconhecimento oficial da Libras?

Antes do reconhecimento oficial da Libras, a educação de surdos era baseada em uma abordagem oralista, que desvalorizava o uso da língua de sinais. Os alunos eram obrigados a aprender por meio da fala e da leitura labial, e o uso da Libras era, muitas vezes, proibido nas escolas. Esse período foi marcado por uma visão médica e ouvinte da surdez, que não reconhecia os direitos linguísticos dos estudantes surdos. Havia ausência de professores bilíngues e também de uma prática pedagógica que respeitasse a identidade surda.

5. O que motivou a criação do Decreto 5.626/2005 e qual foi sua participação nessa luta?

A criação do Decreto 5.626/2005 foi motivada pela mobilização da comunidade surda brasileira, que há décadas reivindicava o reconhecimento oficial da Libras, o direito à educação bilíngue e o acesso à comunicação em diversos espaços sociais. Participei ativamente dessa luta: na época, eu era presidente de um comitê ¹voltado à oficialização dos direitos dos surdos no Brasil, tendo como vice-presidente Alex Currione. Entreguei documentos importantes, como estatutos e legislações, para o Acervo Histórico do INES, preservando a memória dessa trajetória. Também participei de diversas reuniões organizadas pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), ao lado de Emeli Marques, Alex Currione e outras lideranças surdas. Emeli Marques, como intérprete de Libras, teve um papel fundamental ao apoiar as demandas da comunidade surda, fortalecendo a articulação e a defesa de nossos direitos.

6. Quais são os principais avanços conquistados desde a promulgação do decreto?

Embora o Decreto 5.626/2005 tenha representado um marco importante, ainda enfren-

¹ **Nota dos editores:** O Comitê Pró-Oficialização da Libras foi criado em 1995 por iniciativa de ativistas surdos e alguns apoiadores ouvintes, com o objetivo de lutar pelo reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pelo Estado brasileiro. O comitê, presidido pelo militante surdo Silas Queiroz, teve papel fundamental na mobilização da comunidade surda e na pressão por políticas públicas que garantissem o direito das pessoas surdas à comunicação e à educação em sua língua. Após sete anos de luta, finalmente foi conquistada a chamada lei de Libras (Lei nº 10.436/2002) que reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda no Brasil. Com a continuidade dessa luta, em 2005, a Lei de Libras foi sancionada pelo governo brasileiro por meio do decreto 5626/05, após a aprovação no Congresso Nacional do projeto de lei da senadora Benedita da Silva, ampliando significativamente os direitos linguísticos e educacionais dos surdos.

tamos muitos desafios em sua efetivação. A acessibilidade comunicacional ainda não está plenamente garantida, e grande parte da sociedade continua sem conseguir se comunicar com a comunidade surda. Percebo que muitos ainda desrespeitam o que o decreto determina. Por outro lado, alguns avanços são visíveis, como a formação de professores bilíngues, a presença de professores surdos em sala de aula, o reconhecimento dos direitos linguísticos em Libras como L1 e do português escrito como L2, além da inserção de intérpretes de Libras em alguns espaços. No entanto, a comunidade surda ainda enfrenta barreiras linguísticas em muitos contextos sociais. A luta continua, pois ainda não alcançamos uma acessibilidade plena e efetiva.

7. O decreto traz determinações sobre o ensino da Libras nas escolas e nas universidades. O que você acha que avançou em relação a esse item e o que ainda falta conquistar?

Ainda me sinto invisibilizado, como se estivesse atrás de um muro alto, pois percebo que ainda falta uma conexão efetiva entre as universidades e a comunidade surda. Houve avanços significativos, especialmente no ensino em Libras nas escolas, onde se observa maior respeito ao direito dos alunos surdos de aprenderem em sua própria língua, com o reconhecimento da Libras como primeira língua (L1) e do português como segunda língua (L2). No entanto, nas universidades os desafios persistem. A carga horária destinada ao ensino de Libras ainda é insuficiente, o que prejudica a imersão necessária para que futuros profissionais estejam verdadeiramente preparados para atuar com a comunidade surda.

Além disso, a maioria dos professores que ensinam Libras nas universidades ainda são ouvintes. Embora bem intencionados, não vivenciam a língua em sua dimensão subjetiva e cultural, como ocorre com os próprios surdos. A Libras é uma língua que carrega identidade, história e experiências de vida, e precisa ser ensinada por quem a vive como primeira língua. Falta, portanto, garantir o cumprimento do decreto no que se refere à prioridade da presença de professores surdos. A maioria das instituições desrespeita essa determinação. Nós persistimos na luta até hoje, e ela ainda não acabou.

8. De que forma o Decreto 5.626/2005 dialoga com a inclusão social dos surdos?

Embora o Decreto 5.626/2005 represente um passo importante para a inclusão social dos surdos, ainda enfrentamos muitos desafios. As pessoas surdas continuam vivenciando situações de incomunicabilidade na sociedade, principalmente em serviços essenciais, como hospitais, delegacias e outros espaços públicos, onde ainda falta acessibilidade em Libras. Muitas pessoas ouvintes ainda se sentem superiores, o que reforça a desigualdade e coloca os surdos em uma posição de inferioridade. São dois mundos muito diferentes que raramente se conectam de forma igualitária. Quando uma pessoa ouvinte sabe Libras, a comunicação com o surdo se torna muito mais eficaz e acolhedora. No entanto, ainda é comum que os surdos precisem escrever em português para serem compreendidos, o que demanda esforço e causa desgaste. Desejamos que os ouvintes desenvolvam mais empatia e consigam, de fato, se colocar no lugar dos surdos, entendendo as barreiras linguísticas que enfrentamos diariamente.

9. De que forma o decreto contribuiu para a valorização e visibilidade da identidade surda?

Apesar dos avanços conquistados com o Decreto 5.626/2005, ainda sinto que há desva-

lorização da comunidade surda, especialmente na área artística. Sou artista de teatro, mas nunca fui convidada por emissoras de televisão para representar ou dar visibilidade a atores surdos. A sensação de invisibilidade permanece. A mídia, em especial a televisão, continua priorizando pessoas ouvintes quando se trata de representatividade e divulgação de talentos. A TV Globo, por exemplo, possui grande força e poderia ser uma aliada importante na valorização de atores surdos, mostrando que temos a mesma capacidade que os ouvintes e garantindo o direito à informação com equidade.

Fiquei muito triste com o fechamento da TV INES, que era um espaço importante de expressão e valorização da comunidade surda. Esse encerramento foi mais um sinal de como ainda somos desvalorizados. Tenho o desejo de retornar à TV INES e continuar lutando por um espaço digno e visível para os artistas surdos. Vamos persistir nessa luta até conquistar o reconhecimento que merecemos.

10. O decreto obriga as instituições a garantirem acessibilidade comunicacional aos surdos. Como você acha que isso está ocorrendo? Houve avanços? Há necessidade de melhorar nesse aspecto?

Sim, o Decreto 5.626/2005 obriga as instituições a garantirem acessibilidade comunicacional às pessoas surdas. No entanto, infelizmente, a maioria ainda desrespeita essa legislação. Mesmo após 20 anos de luta da comunidade surda, a acessibilidade plena ainda não foi alcançada. Nós, surdos, continuamos dependentes de pessoas ouvintes para interpretar, muitas vezes em situações particulares e íntimas. Isso nos expõe e tira nossa autonomia, o que é injusto.

Um exemplo marcante foi o lançamento do filme “Ainda Estou Aqui”, baseado em uma história real, que não foi legendado. Isso impediu que as pessoas surdas assistissem ao filme no cinema, uma clara violação do direito à acessibilidade cultural. A legislação existe, mas não é efetivamente cumprida. É desanimador e revela a falta de empatia da sociedade.

Ainda enfrentamos a ausência de conforto linguístico na comunicação cotidiana. Até mesmo em instituições bancárias, o atendimento com intérpretes é precário e, muitas vezes, sem a fluência necessária. O Brasil ainda precisa organizar melhor suas políticas e garantir que as instituições cumpram a lei, respeitando de fato os direitos da comunidade surda.

11. Você gostaria de deixar alguma mensagem ou inspiração para a comunidade surda e para a sociedade em geral?

Acredito que o Decreto 5.626/2005 ainda será uma conquista plena no futuro, abrindo caminhos para uma sociedade mais justa, onde a comunidade surda possa, enfim, “respirar” com liberdade, quebrando as barreiras linguísticas que ainda existem. Sonho com um futuro em que a comunicação seja acessível, com reconhecimento da subjetividade surda, da felicidade por meio do conhecimento visual e do orgulho de pertencer a esta pátria chamada Brasil, com amor, sabedoria e respeito mútuo.

Acredito também na importância da troca entre surdos e ouvintes. Os surdos têm muito a ensinar principalmente a Libras, e os ouvintes, por sua vez, podem ensinar o português. Essa troca é enriquecedora e amplia o acesso à informação e ao conhecimento para todos. Que as instituições passem a prestar mais atenção à comunidade surda, com mais respeito, empatia e compromisso com a inclusão verdadeira.